

- XCVIII -**PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTUDO EM REDES ESTADUAIS DE ENSINO
BRASILEIRAS**

Teise Garcia
Brasil/USP
teiseg2@gmail.com

Theresa Adrião
Brasil/UNICAMP
theadriao@gmail.com

Sabrina Moehleck
Brasil UFRJ
sabrina.moehleck@gmail.com

Regiane Bertagna
Brasil/UNESP
regiane@rc.unesp.br

Introdução

O trabalho sistematiza resultados parciais da pesquisa interinstitucional intitulada “**Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)**”. A pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, desenvolve-se no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, GREPPE, sob a coordenação de Theresa Adrião, com objetivo geral de mapear e caracterizar tendências de privatização da oferta educativa; da gestão educacional e dos processos pedagógicos (..) na educação básica brasileira entre 2005 e 2015 (ADRIÃO, et al, 2015, p.12).

O período selecionado para estudo corresponde à década iniciada no ano que demarcou o limite do prazo para que os entes federados se adaptassem à Lei Complementar 1001, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LOF). Em estudos anteriores já se tinha por hipótese que a referida Lei teria implicações na ampliação dos processos de privatização na Educação Básica (ADRIÃO, coord. 2009 ;ADRIÃO, et al, 2012, BORGHI, ADRIÃO, GARCIA, 2011, BORGHI, et al, 2012).

O mapeamento em curso nas redes estaduais de ensino ¹toma por referências três dimensões da privatização na Educação Básica: **privatização do currículo; privatização da oferta educacional; e privatização da gestão educacional**. A terceira dimensão, objeto deste texto, refere-se à transferência de ações relativas à gestão educacional e escolar ao setor privado, tais como: capacitação de gestores, avaliação docente, produção de sistemas de gestão, configuração de pactos e compromissos para elaboração e execução de políticas educacionais.

A privatização da gestão educacional em redes estaduais da Região Sudeste

O mapeamento foi feito por meio de recorrência às páginas oficiais das 26 Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal, utilizando-se descritores selecionados após testes piloto; na sequência também foram consultados “buscadores” na rede mundial de computadores².

Neste trabalho selecionou-se a região geográfica brasileira com maior volume de matrículas na Educação Básica, a região Sudeste, composta pelos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro e, nesta região, o estado com maior volume de programas com o setor privado no campo da gestão educacional, o Rio de Janeiro com seis programas, dentre os 13 localizados na região.

Um dos programas foi implementado nos quatros estados da região: o Projeto Jovem de Futuro, promovido pelo Instituto Unibanco (IU) e voltado para o Ensino Médio O projeto teve início em três escolas paulistanas em 2007, expandindo-se posteriormente em território nacional. Em São Paulo e Minas Gerais a implementação se deu em sua fase piloto. (CAETANO, 2015).

Gestão educacional e setor privado no Estado do Rio de Janeiro

Os seis programas localizados no Rio de Janeiro são sinteticamente apresentados no quadro a seguir.

Nome	Objetivo	Parceiro(s) privado(s)	Ano de início	Vigência em 2015
Jovem de Futuro	Gestão Escolar para Resultados com o objetivo de reduzir o abandono escolar e melhorar a qualidade do ensino médio	Instituto Unibanco	2010	Sim

¹ A oferta pública educacional no Brasil ocorre em três níveis diferentes de dependência administrativa e em regime legal de colaboração: a União, estados e municípios.

² Trabalhou-se com os descritores: parceria, programa e convênio em uma primeira fase. Em uma segunda etapa de levantamento de dados foram acrescidos os descritores pacto, contrato e compromisso.

Conexão Educação	Aperfeiçoamento da gestão-implantação de sistema informacional de gestão	OI Federação de Transportes	2009	Sim
MBA:Gestão empreendedora	Formar gestores empreendedores em educação.	Federação das indústrias do estado do Rio de Janeiro UFF	2012	Sim
Soluções Educacionais-Educação Integral	Introdução de novo currículo e proposta pedagógica	Instituto Ayrton Senna	2012	Sim
Programa Nova Escola	Avaliação das escolas quanto ao desempenho, gestão e eficácia	Cesgranrio Caed-UFJF	2000	Não
GIDE –Gestão Integrada da Escola	Melhorar(...) os indicadores da educação, tendo como referência as metas e IDEB	INDG - Instituto de Desenvolvimento Gerencial-FALCONI Consultores de Resultado)	2011	Sim

Fonte: Banco de Dados –pesquisa “**Mapeamento das estratégias de privatização na Educação Básica do Brasil (2005-2015)**).

Pode-se considerar, ainda que provisoriamente, que os programas buscam no setor privados **modelos de gestão** para as escolas públicas, **modelos de formação** para os gestores escolares, **informatização** da gestão educacional e escolar; e **instrumentos de controle** da gestão escolar, com vistas à produção de uma suposta qualidade de aprendizagem. Destaca-se no caso do Rio de Janeiro, que as entidades patronais são aliados importante, comparecendo em dois programas voltados à gestão, FIRJAN E FETRANSPOR.

Considerações

Nos limites deste resumo observa-se a relevância assumida não apenas pelos modelos privados para a gestão educacional, mas à presença dos atores no interior do poder público e no cotidiano das escolas. Tal como Hill destaca, realiza-se na escola o negócio da educação (HILL,2003).

Destaca-se que em estados da região Sudeste realizaram-se em diferentes momentos propostas de articulação sistemática entre a administração pública e entidades privadas: em São Paulo, no ano

de 2011 estabeleceu-se o programa “ Educação-Compromisso São Paulo”, pacto com apoio de diferentes fundações e institutos empresariais (ADRIÃO, GARCIA, 2014, ADRIÃO,2015).

No Estado do Espírito Santo, em 2017, o governo do estado lançou o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo, com a perspectiva de integração da iniciativa privada e sociedade civil na melhoria da educação pública (PACTO, 2017).

Antes do Estado de São Paulo, o governo Minas Gerais no contexto do chamado Choque de Gestão implementou o chamado “ Acordo de Resultados”, estabelecendo, entre outras formas contratuais de relacionamento entre gestores escolares com vistas a alcance de metas e elevação dos índices. De maneira semelhante, no Rio de Janeiro gestores escolares firmam compromissos para alcance de metas previstas para as escolas.

Tem-se, portanto, a crescente penetração da lógica privada na gestão educacional nas redes estaduais mencionadas e, mais que isso, a também crescente penetração do empresariado e suas fundações, institutos e consultorias no interior e no cotidiano das escolas e das secretarias de educação.

Referências

ADRIÃO, et al. Projeto **Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)**. 2015. Impresso.

ADRIÃO, T. (coord.) **Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privadas**. Relatório de pesquisa: Fapesp. 2009. Impresso

ADRIÃO, T et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 533-549, 2012.

ADRIÃO, T. ; GARCIA, T. .Subsídio Público ao Setor Privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Políticas educativas** - Revista do programa de políticas educativas do núcleo educação para a integração da associação de universidades do Grupo Montevideo v. 7, p. 110-122, 2014.

BORGHI, R. ADRIÃO, T. ; GARCIA, T. As parcerias público-privadas para a oferta de vagas na Educação Infantil: um estudo em municípios paulistas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 231, p. 124, 2011.

BORGHI, R. et. al. **Arranjos institucionais entre o público e o privado para a oferta da educação infantil**: um estudo em municípios paulistas. Relatório de Pesquisa, CNPq. 2012. Impresso

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal de 04/05/2000.

CAETANO, R.; PERONI, V. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In:

ESPÍRITO SANTO. SEDUC. **Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo- Paes**. Disponível em <http://sedu.es.gov.br/paes>. Último acesso em 03 de fevereiro de 2018.

GARCIA, T.; ADRIÃO, T. M. F.; BORGHI, R. A nova gestão pública e o contexto brasileiro. In: Angela Maria Martins. (Org.). **Instituições educacionais: políticas, gestão e práticas profissionais**. Santos: Editora Leopoldianum-Universidade Católica de Santos, 2009, v. 1, p. 9-21.

HILL, D. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, pp.24-59, Jul/Dez 2003.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: teoria e Prática**. Rio Claro, v. 21, p. 1-18, 2011.

PERONI, V. (org). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.p. 89-107